



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Sociologia da Educação [ST]

**OS MANUAIS DE PORTUGUÊS DO 1º CICLO COMO TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS DA
DESIGUALDADE DE GÊNERO: O CASO DO MANUAL DO 4º ANO (2014-2015)**

SAMAGAIO, Florbela Maria da Silva Gandra

Doutoramento em Sociologia – Desigualdades, Cultura e Território, Escola Superior de Educação
Paula Frassinetti, florbela@esepf.pt

Resumo

Os manuais escolares constituem veículos privilegiados de (re)transmissão de informação em ordem à aprendizagem das crianças na sala de aula. Neste espaço são veiculados valores e saberes que (en)formam a cultura e o quotidiano das crianças, sendo que o manual de língua portuguesa do 4º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico assume uma função estruturante no processo de aprendizagem e de socialização. A sala de aula constitui um espaço central na vida da criança e nela se procede à recontextualização do discurso pedagógico oficial, formalizado por um currículo regulamentado a partir dos respetivos manuais. A educação formal ocorre num "mundo social" onde se processa uma reprodução dos valores, da ordem social e da (des)igualdade de género. A igualdade de género constitui uma das grandes preocupações das sociedades modernas e democráticas, sendo que a Escola, assume uma importante função de regulação social. Assim, atribui-se à Escola e ao discurso pedagógico oficial a responsabilidade de ensinar/educar de acordo com os valores e as normas da democracia. O confronto entre a análise dos textos do MLP do 4º ano e as orientações normativas possibilita abrir o debate sobre a Igualdade de Género.

O confronto entre a análise dos textos do Manual de Língua Portuguesa do 4º ano de escolaridade e as orientações normativas das entidades reguladoras da questão social da Igualdade de Género abre caminho para um outro olhar sobre a função social que Manual de Língua Portuguesa pode desempenhar nesta questão.

Abstract

Textbooks are privileged vehicles (re) transmission of information in order to children's learning in the classroom. In this space are conveyed values and knowledge that (en) form the culture and the daily lives of children, and the Portuguese-speaking manual of the 4th year of the 1st cycle of basic education takes on a structuring role in the process of learning and socialization. The classroom is a central space in the child's life and in her shall recontextualisation the official pedagogical discourse, formalized by a regulated curriculum from the respective manuals. Formal education is a "social world" where it processes a reproduction of values, social order and (lack of) gender equality.

Gender equality is one of the major concerns of modern and democratic societies, and the school assumes an important function of social regulation. Therefore, attributed to the school and the official pedagogical discourse the responsibility to teach / educate according to the values and standards of democracy. The confrontation between the analysis of MLP texts of the 4th year and formal guidelines opens the debate on the school about Gender Equality.

Palavras-chave: Socialização; Escola; Feminino; Masculino; Desigualdade

Keywords: Socialization; school; Female; Male; Inequality

[COM 0297]

Introdução

“Há pois, em cada momento do tempo, um tipo regulador de educação de que não nos podemos desligar sem chocar com as vivas resistências que reprimem as veleidades dos dissidentes.

Ora, os costumes e as ideias que o determinam, não fomos nós, individualmente, que os fizemos, são o produto da vida em comum e exprimem as suas necessidades.”

(Durkheim, 2007: 48)

O texto que se apresenta propõe um olhar sociológico sobre o Manual de Língua Portuguesa do 4º ano de escolaridade tendo como problemática social orientadora da análise a questão social da desigualdade de género.

Os manuais escolares desempenham uma função primordial na educação formal da criança, assumindo-se como documentos formalizados e legítimos de um discurso pedagógico oficial, e a sua importância social estende-se à família integrando o quotidiano da criança e dos demais que a rodeiam. Permite a criação e o conhecimento de uma determinada visão do mundo e a (re) construção de valores e normas culturais que enformam o processo de socialização.

As sociedades democráticas, como é o caso da sociedade portuguesa, têm como condição essencial para o seu Desenvolvimento, o aprofundamento dos Direitos e Deveres Fundamentais, designadamente o Direito à Igualdade. Considerando a amplitude e a complexidade da questão, focamos o olhar na questão do direito à igualdade eventualmente patente no Manual de Língua Portuguesa. A questão social da (des) igualdade de género, assim como a existências de estereótipos baseados na construção da imagem de género, têm-se imposto ora de forma explícita ora de modo mais discreto no panorama político e social nacional. São vários os documentos jurídicos e normativos que se constituem como diretrizes da ação coletiva em geral e neste caso concreto do ato educativo e que orientam a elaboração dos manuais escolares. Constituindo-se como os veículos privilegiados dos saberes e valores oficiais, aqueles dever-se-ão apresentar, no ambiente escolar, como manuais imparciais e promotores da igualdade social.

O nosso trabalho parte desta matriz de enquadramento e propõe uma travessia pelo manual de língua portuguesa do 4º ano de escolaridade (ano letivo 2014-15) norteada pelo objetivo principal de sinalizar e registar, em quantidade, as “imagens” do feminino e do masculino veiculadas pelos textos, sugerindo ideias de confirmação de traços de desigualdade de género e de estereotipia.

O presente texto inicia com um breve conjunto de reflexões acerca da colocação social dos manuais escolares na vida escolar e social das crianças e das famílias. Equaciona o papel fundamental do manual de língua portuguesa como livro fundamental de compilação e apresentação de textos, selecionados, transmissores de saberes e valores no âmbito de um discurso pedagógico formalizado e oficial. Procura-se demonstrar *o que* e *o como* um manual escolar pode reproduzir a ordem social e uma determinada ideologia e contribuir para (en) formar as perceções das crianças sobre o mundo que as rodeia.

Numa terceira parte, propõe-se então uma *travessia* pelo manual de língua portuguesa do 4º ano, à procura da (des) igualdade de género que perpassa a vida criança em idade escolar. Esta viagem procura dar conta do número de ocorrências de imagens do masculino e do feminino veiculadas pelos textos do referido manual e das sugestões de ideias valorativas criadas a partir das mesmas. A análise dos textos parte da tipologia dos mesmos e equaciona o número de autores femininos e masculinos atravessando alguns indicadores tais como: figuras centrais patentes nos textos, figuras históricas, profissões transmitidas no masculino e no feminino, imagens valorativas de características de género e certas atitudes formativas com base na desigualdade de género.

Procura-se corresponder a determinados objetivos fundamentais, sendo eles a elaboração de um texto fundamentalmente descritivo que possibilite a sinalização de situações de desigualdade de género presentes

nos textos em análise; revisitar uma metodologia de análise de conteúdo da autoria, em Portugal, de Eugénio Brandão (1979) verificando a existência de certas semelhanças no tocante a alguns resultados apresentados, e registar a ocorrência da desigualdade de género e a existência de estereótipos baseados na desigualdade de género. Apresentam-se conclusões que permitem um relativo confronto com as diretrizes norteadoras da questão da desigualdade de género nos documentos normativos fundamentais.

1. Sobre a importância social do manual escolar

Os manuais escolares assumem dimensões fundamentais e estruturantes na vida quotidiana. O ato de aquisição dos mesmos constitui quase um ritual do consumo familiar. Além de mobilizar as famílias e as crianças, constitui um marco simbólico que determina a transição do verão para o outono, a passagem do final do período das férias escolares para o início e ou a retoma dos trabalhos escolares, e assinala um novo ano letivo, uma outra etapa escolar na trajetória da criança.

Estes livros implicam e mobilizam direta ou indiretamente vários atores, sociais e educativos, concretamente o Ministério da Educação, os editores, os autores, os distribuidores livres, as escolas, para além das crianças e das famílias.

De um modo mais subtil, os manuais escolares, enquanto produtos finais, resultam de um processo de trabalho que, por sua vez, terá envolvido outros atores tais como grupos de trabalho que definem os conteúdos e a forma como eles deverão ser transmitidos, autores, *designers* gráficos e digitais, entre outros. Aspectos como a qualidade gráfica, a pertinência dos conteúdos, a qualidade dos textos e dos exercícios propostos, as preocupações pedagógicas e educativas, assim como as de natureza legislativa e sociológica, estarão certamente contempladas quer nas diretrizes de elaboração dos manuais quer nas preocupações dos sujeitos implicados, neste caso concreto no manual de língua portuguesa. Estarão presentes as preocupações normativas relativas à questão da desigualdade de género? Esta constitui a questão de partida para a análise de conteúdo dos textos do Manual de Língua Portuguesa do 4º de escolaridade.

Para além do impacto resultante das vendas dos manuais, que contribuem para a economia nacional, os mesmos marcam o panorama social pela sua presença regular: estão presentes nas salas de aula durante um ano letivo, percorrem centros de estudos e atividades de apoio ao estudo, e “entram” em casa das crianças, integrando o próprio espaço doméstico. É comum os pais e os irmãos folhearem os livros em questão e tecerem comentários sobre os textos presentes. Sobre os que possuem uma presença recorrente, com o passar dos anos, e sobre os novos textos que vão integrando o programa considerado oficial.

O manual de língua portuguesa (MLP) povoa o cenário familiar (des) favorecendo momentos de socialização na vida criança através quer da transferência do conhecimento quer dos valores e atitudes formativas da vida extravasando por conseguinte o contexto meramente escolar.

Numa outra perspetiva e de acordo com as teorias da socialização (Durkheim, Dubar, Berger e Luckmann, Mead), a criança reconstrói o “ mundo dos outros” e realiza uma reprodução interpretativa da realidade (Percheron 1993, Corsaro, Sarmiento & Pinto, 1997). A partir dos 6 anos de idade, a criança inicia a escolaridade obrigatória e passa a desempenhar o *ofício de aluno* (Sarmiento, 2000). O seu trajeto escolar é pautado pela prestação de provas em ordem ao sucesso escolar (Rayou 2005, Mollo-Bouvier 1998), e onde a prática da leitura se torna regular. Importa pois conhecer os manuais escolares que as crianças leem sistematicamente durante um ano letivo, neste caso concreto o MLP do 4º ano de escolaridade, e a partir dos quais também interiorizam a realidade do mundo que as rodeia, e da qual seguramente constituem parte integrante e força mobilizadora.

2. A Escola e o Discurso Pedagógico Oficial

A escola é consensualmente aceita como um dos principais agentes de socialização do indivíduo e uma das instituições sociais fundamentais que expressam a evolução social.

O ato de educar constitui uma ação social, e fundamentalmente relacional, com objetivos determinados e com grande alcance na formação dos povos. Como aponta Durkheim “Em cada um de nós (...) existem dois seres que, apesar de apenas poderem ser separáveis por abstracção, não deixam de ser distintos. Um é feito de todos os estados mentais que apenas se ligam a nós mesmos e aos acontecimentos da nossa vida pessoal: é o que podemos chamar o ser individual. O outro é um sistema de ideias, de sentimentos e de hábitos que exprimem em nós, não a nossa personalidade mas o grupo ou os grupos diferentes de que fazemos parte: as crenças religiosas, as crenças e as práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões coletivas de todo o género. O seu conjunto forma o social. Constituir este ser em cada um de nós, tal é o fim da educação “ (Durkheim, 2007:53).

A comunicação na sala de aula constitui um ponto de vista formalizado sobre a realidade e, através do *ato conjunto* de ensinar e aprender, é transmitida, interiorizada e pronta a ser (re) construída e (re) produzida (Berger e Lukmann:1997). A escola transmite saberes e valores, normas e costumes destinados ao aluno *médio*, com o intuito de *formar* de acordo com as exigências de um determinado tempo histórico e veiculando uma ideologia dominante (Bourdieu e Passeron 1970, Bourdieu 2010).

A transferência do conhecimento é importante no tocante à produção e à reprodução das estruturas mentais da sociedade, das quais resultam convenções sociais construídas num determinado tempo histórico. A “ordem das coisas” (Foucault, 2002) constitui o todo social integrado que a escola ajuda, de forma pedagógica e especializada, a transmitir às novas gerações assumindo assim uma função de regulação da ordem social. A educação, e muito concretamente a escola, na figura do/a professor/a, prepara *as crianças e os jovens* para o desempenho de papéis sociais previamente definidos. A mensagem transmitida dá a conhecer saberes e conteúdos programáticos próprios de um discurso pedagógico oficial, e veicula ideias e ideologias dominantes (Bourdieu, Passeron, 1970).

Para Bernstein (1996) o *discurso pedagógico oficial* é entendido como resultante de um conjunto de relações estabelecidas entre os vários campos implicados na sua geração, recontextualização e reprodução. Bernstein (1990) construiu um modelo, a partir da análise de mecanismos comunicacionais, que procura mostrar as múltiplas e complexas relações que intervêm na produção e reprodução do referido discurso. Assim, temos que: os princípios dominantes são transmitidos pelo discurso regulador geral e refletem posições de conflito e relações instáveis; existem sempre potenciais fontes de conflito, resistência e inércia entre os agentes políticos e administrativos do campo de recontextualização oficial, entre os diversos agentes do campo de recontextualização pedagógica, entre o contexto primário do aluno / aquiridor e ou recetor da informação/mensagem e os princípios e práticas da escola. O(A)s professore(a)s e, neste caso, o(a)s autore(a)s dos manuais escolares, poderão ou não reproduzir o código de transmissão educacional subjacente ao discurso pedagógico oficial. É este dinamismo, entre as forças em presença, que, para Bernstein, poderá possibilitar eventuais mudanças.

As dimensões mais importantes a considerar, na análise proposta, relacionam-se com o contexto de recontextualização do discurso pedagógico. Assim, consideram-se os manuais escolares, concretamente, o MLP, como um texto pedagógico recontextualizado. Deste modo, e corroborando outros autores, os manuais escolares veiculam um discurso pedagógico específico recontextualizado (Botelho, Borges e Morais, 2002).

Por outro lado, e de acordo com Giddens, as instituições sociais constituem o resultado de práticas sociais enraizadas no espaço e no tempo (Giddens, 1986), as normas sociais e os valores influenciam a comunicação, designadamente a comunicação educacional, a educação possibilita a interiorização progressiva de papéis sociais de homem de mulher, reproduzindo-se uma ideologia dominante e

favorecendo-se a manutenção da ordem social. A comunicação constitui simultaneamente um ponto de partida e um importante fator de regulação social através da produção e da transmissão do discurso pedagógico oficial.

No âmbito da criação e da recontextualização do discurso oficial pedagógico, encontram-se, em princípio, subjacentes as preocupações legislativas e normativas.

A questão social da desigualdade de género tem-se vindo a implementar, ainda que discretamente no cenário nacional, através da opinião pública e dos meios de comunicação social. Contudo, atendendo à legislação e às recomendações de natureza normativa emitidas, podemos afirmar que se trata de uma temática fortemente suportada por diretrizes desta natureza. Assim, são vários os documentos que apelam a uma Igualdade de Género na escola, em Portugal. Para além das recomendações internacionais, provenientes de organismos e instituições tais como As Nações Unidas, a União Europeia, o Conselho da Europa, existem diretrizes explícitas na Lei Portuguesa, e em documentos afins, que corroboram a atenção a prestar a esta matéria. Na análise que se apresenta, foca-se a atenção na Constituição da República Portuguesa (2005), na Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) e nas orientações patentes no Guia da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2009).

Poder-se-á ler na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13º o Princípio da Igualdade no qual se afirma:

Artigo 13.º (Princípio da Igualdade)

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Tendo como objeto de análise o MLP convém destacar igualmente que a Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) refere no ponto 2 do seu art.º 1º que o sistema educativo deve promover “uma acção formativa em ordem ao desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade” e na alínea i) do seu 3º art.º “assegurar a igualdade de oportunidades para ambos os sexos”.

Estes direitos fundamentais constituem marcos basilares da fundação da democracia portuguesa, procurando garantir a universalidade e a igualdade das condições sociais e procuram constituir um estandarte para o desenvolvimento da cidadania. Nesta linha de preocupações, surge, por volta dos anos 70 em Portugal, a Comissão para a Igualdade de Género, atualmente designada de Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Assim, em 2009, esta Comissão lança um guia prático de orientações a considerar na produção de manuais escolares (2009). Este guia apresenta, entre outros, o seguinte objetivo: “apoiar as Editoras e respetiv@s colaborador@s na concepção e produção de manuais escolares e de produtos educativos multimédia que sejam de forma inequívoca, promotores da igualdade entre os sexos” (Pais cit. em Nunes, 2009). Este guia sistematiza um conjunto de princípios e de práticas a ter em conta na elaboração dos manuais escolares, salientando que: “Promover a igualdade entre mulheres e homens: exige o equilíbrio na sua visibilidade e pressupõe que as referências ao feminino e ao masculino sejam igualmente significativas, contextualizadas, explicitadas e valorizadas” (Nunes, 2009:16).

É com base nos fatores referidos e tendo como ponto de partida o manual de língua portuguesa do 4º ano de escolaridade, como produto e resultado de um discurso pedagógico recontextualizado e oficial, e as orientações normativas e legislativas referenciadas na Constituição da República Portuguesa, na Lei de Bases do Sistema Educativo e nas orientações da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género que partimos para uma travessia pelo MLP com um olhar informado sobre a questão da diferenciação social entre homem e mulher veiculada pelo livro em questão.

3.A desigualdade de gênero: informar o olhar

A noção de gênero prende-se com a diferenciação social entre homem e mulher, ultrapassando as diferenças físicas, biológicas e culturais. Homens e mulheres são diferentes. A questão que se coloca é quando as diferenças resultam numa desigualdade e ou hierarquização dos papéis e estatutos sociais associadas ao homem e à mulher. O feminino e o masculino constituem um mundo de sentidos e de significados demasiadamente vastos para uma análise meramente sociológica. É sem dúvida um conceito multidimensional. “Nascido no intenso debate que o feminismo da segunda vaga gerou, o conceito de gênero difundiu-se rapidamente nas ciências sociais, se considerarmos a cronologia de alguns textos de referência, como o de Ann Oakley (1972) para a sociologia, o de Rhoda Unger (1979) para a psicologia social e o de Joan Scott (1988) para a história. “ (cit. em Amâncio, 2003:687). As diferenças são pois, do ponto de vista da análise, vistas de várias formas no âmbito das ciências sociais. No entanto, todas elas assentam numa condição: o resgate do conceito junto da biologia e da medicina. A noção de diferenciação social ultrapassa as condições físicas e biológicas do conceito e entra no universo das relações de poder e no campo do simbólico, através de comportamentos e da construção social de ideias preconcebidas e estereótipos sobre homens e mulheres, resultando numa forma de desigualdade social, à qual se juntam, desde logo, as questões do trabalho e da condição feminina.

O conceito de gênero surge, pois, intimamente ligado às diferenças entre homens e mulheres numa perspectiva de desigualdade social que parte de lugares sociais inferiores e superiores ocupados respetivamente por mulheres e homens e favorece a construção social de crenças, saberes e valores sobre os sexos, reproduzindo e legitimando a própria desigualdade. Refere-se a uma questão de relação entre forças sociais, assinalada pela assimetria no plano dos significados e define um contexto de dominação (Amâncio, 2003). Por outro lado e, mesmo analisando um plano partilhado de vida, homem e mulher, portanto, um casal, Jessie Bernard (1982) regista que o casamento é vivido de modos diferentes, entre homem e mulher, os homens, regra geral, pensam ter mais poder do que efetivamente têm e as mulheres, por sua vez, julgam ter menos poder do que na verdade têm.

Do ponto de vista sociológico, a questão do olhar sobre o gênero coloca-se fundamentalmente em três frentes de análise: a hierarquização de posições ocupadas na sociedade por homens e por mulheres; posições diferentes, e, sobretudo, desiguais; a desigualdade social entre homens e mulheres que resulta da própria organização da sociedade de acordo com papéis sociais no feminino e papéis sociais no masculino. Parte-se do princípio, porque a história o corrobora, que as mulheres normalmente apresentam menos recursos materiais do que os homens, um estatuto social inferior e ocupa posições com menos poder do que os homens. Nesta perspectiva, o gênero é considerado um elemento que condiciona a posição social dos indivíduos, à semelhança do que acontece com os fatores do tipo classe social, rendimentos económicos, profissão e nível de escolaridade. Por último, aponta-se uma terceira frente de análise, a da socialização dos indivíduos com base nas expectativas sociais criadas em função do gênero facilitando a reprodução de mecanismo de natureza diferenciadora e discriminatória na relação entre homens e mulheres. Estas três frentes de análise encontram-se interrelacionadas, e intimamente ligadas, integrando as próprias maneiras de ser e de estar no feminino e no masculino.

Acresce referir que o conceito de gênero surge no âmbito de um contexto social e político de alargamento e aprofundamento dos direitos nas sociedades contemporâneas, ao qual não são alheios os documentos internacionais e oficiais tais como a Carta das Nações Unidas (1945), a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e, posteriormente, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979). Com efeito, o século XX conheceu um grande protagonista: as mulheres. “Estas foram ultrapassando as limitações impostas e mostraram, a partir de diversos contextos sociais, o que sabiam, o que faziam e o que estavam dispostas a dar, muito para além da função materna a que as tinham querido limitar. De uma ideia de *mulher-natureza*, circunscrita no ser e na acção aos condicionamentos

biológicos, passámos para uma ideia de *mulher-indivíduo*, dona do seu destino, responsável por si e pelos seus actos. Processo de transformação ainda em curso, com atalhos e curvas sinuosas “ (Torres, 2002:573).

As lutas simbólicas do poder, as quais ocorrem num contexto de desigualdades sociais são as menos visíveis do ponto de vista social e as mais morosas no tempo, fazendo-se deles mecanismos próprios do devir das sociedades.

4. Metodologia de análise: a proposta de Eugénio Brandão

A análise sociológica dos manuais escolares constitui uma área de grande interesse académico. As principais dimensões desenvolvidas têm-se centrado quer no levantamento de estereótipos de género e culturais (Fontaine, 1977; Brandão, 1979; Abraham, 1989) quer no estudo da importância e do papel das relações socioeconómicas que influenciam a publicação e a seleção dos manuais (Apple e Christian – Smith, 1991). Contudo, embora exista produção académica e científica de referência, a análise sociológica, neste âmbito, apresenta dados e explicações ainda insuficientes face à complexidade da temática.

A grande questão que se coloca nesta proposta de trabalho é: pode o MLP do 4º ano ser discriminatório? Esta análise procura sinalizar e registar, em quantidade, as “imagens” do feminino e do masculino veiculadas pelos textos, sugerindo ideias de confirmação de traços de desigualdade de género e de estereotipia, como, por exemplo, o nº de autores femininos e masculinos, atravessando alguns indicadores tais como: figuras centrais patentes nos textos, figuras históricas, profissões transmitidas no masculino e no feminino, imagens valorativas de características de género e certas atitudes formativas com base na desigualdade de género.

Parte-se do pressuposto de que se houver uma exposição/leitura constante face a textos discriminatórios, as crianças tendencialmente poderão adquirir determinadas ideias preconcebidas, construindo elas próprias “territórios simbólicos” sobre a colocação social dos sexos, que lhes condicione as respetivas possibilidades de formação e de realização profissional e pessoal. Neste sentido, pretende-se alertar para a existência de ideias acerca dos sexos que se transitem de geração em geração no contexto escolar e se vão enraizando na sociedade.

Propõe-se uma análise de conteúdo dos textos mencionados e patentes no Manual de Língua Portuguesa do 4º ano de escolaridade, através de um processo de categorização com base nas imagens e representações de género, veiculadas pelos textos em questão. A metodologia operacionaliza-se recorrendo a uma grelha analítica e de categorização com base nos seguintes elementos: identificação e breve contextualização do texto, tipo de texto, categorias de imagens veiculadas sobre o feminino e o masculino, com algumas significações associadas, tendo em conta o número de ocorrências. As categorias de análise consideradas inspiram-se na proposta apresentada e desenvolvida por Eugénio Brandão (1979) e prendem-se com os seguintes elementos: autores dos textos – masculino/feminino; as figuras apresentadas nos textos - figuras familiares, figuras históricas, figuras profissionais e figuras centrais e ou de referência, atividades associadas ao género; atividades profissionais associadas ao género, atitudes formativas associadas, também elas à questão do género.

Contudo, há que salientar que se procede, num trabalho mais vastoⁱ, primeiramente, a uma análise de enquadramento do próprio manual tendo em consideração os aspetos exteriores do mesmo nomeadamente a capa, os autores, a análise das ilustrações que acompanham os textos. A análise reporta portanto aos textos em questão assim como às ilustrações que os acompanham no sentido de que, através da veiculação das imagens / territórios simbólicos.

Nesta comunicação, a análise circunscreve-se aos textos propriamente ditos, A apresentação de dados procura demonstrar o (des) equilíbrio existente entre as imagens do masculino e as imagens do feminino veiculadas pelo referido manual, procurando encontrar semelhanças com o trabalho de Eugénio Brandão no

tocante a alguns resultados apresentados, e verificar a ocorrência de ideias preconcebidas e estereótipos baseados na desigualdade de género.

Na apresentação dos resultados houve a preocupação em manter anónimos quer o/as autore/as do manual assim como os autores, em geral, dos textos analisados.

Os resultados que se apresentam devem ser ressalvados relativamente aos critérios de representatividade e de generalização pois reportam apenas a um Manual de Língua Portuguesa (para já) e trata-se dum estudo (de) limitado.

5. Para uma (des) Igualdade de Género: a travessia do manual de língua portuguesa do 4º ano (2014-2015)

5.1 A travessia do manual: a capa

O manual escolar ocupa um papel fundamental na vida quotidiana da criança em idade escolar e é facilmente identificável pela família. O início do ano letivo é marcado por uma grande azáfama na aquisição do material e dos manuais escolares. O manual de língua portuguesa não constitui exceção. Pelo contrário, pelos textos que o compõem, despertam normalmente uma grande curiosidade familiar. O interesse pela consulta e pelo folhear é manifestado pelas crianças e pelos adultos no espaço doméstico. A sua forma exterior, as figuras e cores presentes, a capa, o título, o autor e o editor constituem elementos identificativos do manual e acessíveis a toda a família.

Atendendo a que é de utilização diária, todos estes elementos exteriores começarão a fazer parte da vida quotidiana e familiar. O MLP identifica-se facilmente e torna-se um objeto familiar dentro de casa.

A capa do manual do 4º ano de português, em análise, é predominantemente de cor vermelha, com uma lista azul no cimo e apresenta um palco onde encontram duas crianças, um rapaz e uma rapariga com uma árvore por trás, com forte tronco castanho e folhagem verdejante, com um pequeno pássaro amarelo pousado num ramo de árvore, ao lado encontra-se uma casa branca. As figuras das crianças vestem-se com roupa casual e de meia estação. Na plateia, vêem-se, de costas, cabeças de crianças e um pescoço de girafa.

O título do MLP constitui uma designação neutra e sugere grandes desafios. Os autores são do sexo feminino, na linha de continuidade dos anos letivos anteriores. No tocante a estes elementos exteriores, podemos afirmar que o manual é dirigido a ambos os sexos e o título sugere o mesmo. Rapazes e raparigas, homens e mulheres poderão viver grandes aventuras na vida.

No lado esquerdo do manual, por baixo da designação 4º ano, surge a informação de que o manual se encontra de acordo com as Metas Curriculares do Novo Programa e está certificado pela ESES (designação de uma Escola Superior de Educação).

O manual informa ainda que contém 5 histórias inéditas de Alice Vieira, Álvaro Magalhães, António Torrado, Ondjaki e Mía Couto.

Interessa ir além da capa e observar como é transmitida esta aventura: o que é transmitido e como é transmitido.

O folhear dos livros é um hábito que se vai adquirindo desde a infância. Independentemente dos *ambientes* familiares serem ou não povoados de livros, o certo é que o MLP constitui para muitas crianças o primeiro livro de leitura sistemática. As figuras e as imagens que acompanham o manual são extremamente importantes e sugerem *outras leituras*. São especialmente importantes quando são visionadas com regularidade levando à memorização pelo constante reler e reviver das histórias.

5.2 Os textos que compõem o MLP do 4º ano

Os textos analisados são de diversos tipos: prosa, poema e peças teatrais. A leitura dos textos, em prosa e em poema, possibilita uma veiculação de informação considerada de interesse fundamental na aprendizagem da criança. Se consideramos que a criança lê e relê os textos, até para realizar os exercícios solicitados, facilmente imaginamos uma repetição de informação que poderá ter tendência a cristalizar maneiras de ver e pensar o mundo das próprias crianças. O mesmo acontece com as peças teatrais, estas são decoradas e encenadas, o que poderá produzir efeitos significativos no âmbito do processo de socialização no que concerne ao entendimento do mundo e dos modos como ele funciona.

5.3 Os/as autore/as dos textos do MLP

Autores	Totais
Masculinos	34
Femininos	18 (2 são de autoras em conjunto)
Mistos	1
Sem autor	6
Sites	2

Quadro 1 - Autores/as dos textos do MLP

Os textos apresentados no manual são em grande maioria escritos por homens. Deve-se ressaltar que atendendo ao processo de socialização as maneiras de ver o mundo poderão ser diferentes entre homem e mulher e não levar, desde logo, a um esbatimento da desigualdade de gênero no tocante a este assunto.

Também por outro lado, o facto de termos patente um nº significativamente maior de homens escritores poderá conduzir a um entendimento de que o mundo das letras é predominantemente masculino.

5.4. As figuras familiares veiculadas pelos textos

Figuras familiares que ocorrem nos textos	Nº de ocorrências
Mãe	3
Pai	2
Avô	1
Irmão	1
Tio	1

Quadro 2 - Figuras familiares veiculadas pelos textos

A mãe é a figura familiar que mais ocorre. Não tem profissão e dedica-se ao ato de cuidar e educar sugerindo, relativamente a uma eventual profissão/ocupação no futuro, a ocupação de dona de casa. A figura paterna surge associada às brincadeiras na infância e à educação no que concerne à superação de obstáculos. O avô surge como contador de histórias e feitos relacionados com a valentia e a bravura. Por fim, as figuras de irmão e tio assumem um papel periférico mas no sentido do amparo.

Confrontando com a análise realizada por Eugénio Brandão (1979), verificamos que o quadro que retrata a família tradicional e apela a uma estabilidade da vida familiar não se faz representar no manual em análise.

As referências familiares ocorrem fora deste quadro normativo. Assim, assistimos à presença de mãe e filhos, pai e filhos, avô e netos mas não assistimos ao quadro familiar completo, por assim dizer.

5.5 As figuras históricas apresentadas e veiculadas

Figuras históricas	Tipo de referência
D. Afonso Henriques	Referência direta e biográfica 1º Rei de Portugal
Tristão Vaz Teixeira	Referência direta Navegador português
João Gonçalves Zarco	Referência direta Navegador português
Vasco da Gama	Referência indireta através do nome do neto Navegador português
Pedro Álvares Cabral	Referência indireta através do nome do neto Navegador português
Bartolomeu Dias	Referência indireta através do nome do neto Navegador português
Rainha D. Amélia	Referência direta como mulher de D. Carlos I e que teve iniciativa de fundar o museu Nacional dos Coches

Quadro 3 - Figuras históricas veiculadas pelo ML

As figuras históricas que ocorrem são na sua totalidade pertencentes ao sexo masculino e associam-se aos grandes feitos da História de Portugal. Apenas surge uma referência a uma figura feminina e associada ao marido. Verifica-se que a figura histórica é valorizada no manual mas quase exclusivamente associada ao mundo masculino, a determinados traços psicológicos e comportamentais nos quais as dimensões da valentia, coragem e aventura encontram-se regularmente presentes. A figura histórica feminina é claramente subvalorizada. A história de Portugal transmitida no MLP realiza-se totalmente no domínio do masculino.

5.6 Presença de Figuras Centrais por tipo de texto

Tipo de texto	Nº de textos	Presença		Presença		Total de ocorrências
		Masculina	Feminina	Coletiva	Indiferenciada ⁱⁱ	
Prosa	26	16	5	3	2	26
Poema	20	4	1		15	20
Peça teatral	2	2				2
Texto informativo	6	2	2		2	6
Texto publicitário	1				1	1
Banda desenhada	2	2				2

Quadro 4 - Figuras centrais por tipo de texto

O MLP contém textos diversos de acordo com a tipologia conforme o descrito no quadro acima. A maior parte dos textos corresponde ao texto em prosa. Assim na totalidade dos 55 textos patentes no manual, 26 são do tipo prosa, logo seguidos dos poemas (20 textos). Existem 6 textos de natureza informativa, 2 do género dramático e 1 texto publicitário. No que concerne aos textos em prosa, podemos afirmar que nos 26 textos, são veiculadas 16 figuras centrais masculinas, que vão desde as figuras históricas, às figuras familiares como avô, pai e filho, figuras profissionais no masculino, como adiante demonstraremos, os protagonistas das histórias são masculinos, e ocorrem apenas 5 figuras femininas, secundárias, como mãe, mulher com uma profissão ligada à área da educação e ou uma princesa. Por sua vez, os textos relativos à tipologia poema, apresentam uma maior ocorrência de figuras de natureza indiferenciada, na medida em que uma parte significativa dos poemas é relativa aos elementos pertencentes ao universo da natureza, designadamente animais e plantas. Os textos informativos apresentam uma distribuição das figuras por categorias mais equilibrada. Resta referir o texto de natureza publicitária, o qual reporta à projeção da Ilha das Flores no mercado turístico.

As figuras centrais patentes no MLP são pois na sua esmagadora maioria masculinas.

No MLP o mundo surge aos olhos da criança predominantemente masculino não só pela veiculação das imagens transmitidas como também pelos papéis sociais e valorações a eles associados que são diariamente transferidos para as crianças quer diretamente, através da leitura realizada pelas próprias, quer indiretamente pela leitura efetuada pelo/a professor/a e ou educador/a.

O protagonismo é sistematicamente assumido pela figura central masculina, o que poderá levar a uma discriminação de género através das presenças contabilizadas assim como a consequências no próprio processo de socialização, restringindo à figura masculina, e aos respetivos valores associados, a diversidade de estruturas sociais de oportunidades e do próprio mundo cultural da socialização. Por seu turno, a figura feminina é veiculada em muito menor número de vezes e acaba por sugerir um condicionamento no leque de escolhas de socialização junto dos mundo da infância.

5.7 Profissões transmitidas no masculino e no feminino no MLP

Lançando um olhar mais fino, poderemos constatar o processo de veiculação de algumas profissões no manual em análise. Assim, poderemos dispor a informação da seguinte forma:

Profissões transmitidas no Masculino	Profissões transmitidas no Feminino
Médico	Educadora Social
Engenheiro	Guia turística
Professor	
Polícia	
Advogado	
Veterinário	
Juiz	
Programador informático	

Quadro 5 - Profissões transmitidas no masculino e no feminino

Na mesma linha de análise, constatamos que as profissões são, na sua globalidade, transmitidas numa dimensão fortemente masculina. São os homens que assumem ou ambicionam os papéis profissionais de médico, juiz, polícia, professor, engenheiro, por exemplo, fazendo coincidir as suas escolhas com um conjunto de profissões tradicionalmente consideradas prestigiantes do ponto de vista social e curiosamente uma profissão ligada à tecnologia. No MLP do 4º ano de escolaridade, assistimos apenas à

veiculação de 2 profissões no feminino: educadora social e guia turística. A primeira respeita a uma profissão na área da educação, o que corresponde à veiculação de padrões dominantes na escolha da profissão. De facto, a sociedade portuguesa apresenta números expressivos no que concerne às mulheres que desempenham profissões na área da educação. Também, e de acordo com os dados estatísticos relativos à distribuição de alunos do sexo feminino em % dos matriculados no ensino superior por área de educação e formação, verifica-se que desde 1991 se assiste a um padrão percentual que ronda os 80% de mulheres inscritas na área da Educação relativamente ao seu percurso formativo e académico (www.pordata.pt). A segunda profissão veiculada no feminino é a profissão de guia turística apelando, contudo, a características que, de certo modo, estereotipam a figura da guia turística: “alta, magra, elegante e simpática”.

Por parte da criança, a escolha da profissão prende-se com as expectativas criadas em função do meio social a que pertence e com a veiculação de imagens/exemplos com os quais contacta diariamente. Tal é o caso da socialização em meio escolar. Neste sentido, podemos apontar o papel crucial dos manuais escolares na veiculação da oferta de um leque diversificado ou não de profissões para ambos os sexos. Perante os dados expostos, concluímos que são apresentadas significativamente mais possibilidades profissionais masculinas do que femininas, ficando o mundo do trabalho no feminino muito circunscrito e reduzido a duas profissões. Além, desta conclusão, poderemos ainda evocar que no referido manual, as profissões socialmente mais importantes e melhor remuneradas estão reservadas ao homem.

5.8 Imagens valorativas veiculadas pelos textos

Os manuais escolares são instrumentos cruciais na educação das crianças. Para além de apoiarem o ato de instruir/ensinar e aprender, neles, de forma mais explícita e ou menos implícita, existe uma função educativa, no âmbito do processo de socialização. Neste sentido, procurámos encontrar “atitudes formativas” (Brandão, 1979) e valores socializadores expressos no manual de acordo com o género.

Numa perspetiva diacrónica, os estudos sobre os estereótipos sexuais mostram que os traços de instrumentalidade, independência e de dominação estão associados ao masculino e que os traços de expressividade, dependência e submissão estão associados ao feminino (Fontaine, 1977; Brandão 1979; Neves 1991; Amâncio, 1992; Botelho, Borges e Morais, 2002).

O MLP do 4º ano de escolaridade em análise segue a mesma orientação. Numa primeira análise, podemos constatar que existem em maior, e de modo mais diversificado, assim como ocorrem mais vezes, valores veiculados que se ligam ao mundo masculino e que *os valores* menos citados e ou com menor ocorrência encontram-se relacionados com o mundo feminino traduzindo-se numa escassez e apresentando-se de forma muito pouco diversa.

Verifica-se desde logo, uma desproporção no que toca aos valores de ocorrência. Por outro lado, e ainda nesta primeira análise, podemos apontar que *os valores* que, por sua vez, se ligam ao sucesso e à projeção social são igualmente mais favoráveis ao homem.

	Imagens valorativas veiculadas pelos textos presentes	Nº de ocorrências
Feminino	Dependência	
	Fragilidade	
	Submissão (criada do imperador)	
	Beleza	
	Envelhecimento (boneca que chora pois já ninguém a quer)	
	Pobreza	
	Doença	
	Princesa	
	Tristeza – chorar	
	Ato de cuidar (Beatriz e o plátano)	1(1)
	Pequena	
	Sensibilidade	
	Vulnerabilidade	
	Alta, magra e elegante	
Masculino	Associação à escola e à imaginação	111111111(9)
	Aventura e viagem conhecimento do mundo	111(3)
	Bravura	11(2)
	Valentia	11(2)
	Coragem	
	Poder	1(1)
	Medo (apenas num texto)	
	Caça	
	Dar presentes	
	Família e Intergeracionalidade: netos e avós, pais, primos e irmãos	11(2)
	Jogar à bola	
	Velocidade	
	Trabalho	
	Persistência	
	Curiosidade	
	Eleger no masculino e eleger uma figura masculina	
	Rei	
	Grande	
	Afeto	
	Magia	
	Esfinge - sabedoria	
	Proteção	
	Enfrentar adversidades	
Cozinhar		

Quadro 6 - Imagens valorativas veiculadas pelos textos

A observação das concepções sobre o feminino e o masculino, e sobre mulheres e homens, pode realizar-se a vários níveis: representação física das figuras femininas e das figuras masculinas; caracterização psicológica das figuras femininas e masculinas; e a associação do masculino e do feminino aos diversos saberes e às diferentes formas de aquisição desses saberes (Nunes, 2009).

Nesta linha de pensamento podemos constatar mediante o exposto no quadro que à figura feminina e à figuras masculina são atribuídos traços distintos, em várias esferas do universo simbólico que envolve a criação da estereotipia no manual de língua portuguesa.

No que concerne à representação física das figuras, constatamos que a referência física que surge relativamente à mulher diz respeito a alguém “alta, magra e elegante”. Em relação à figura masculina não verificamos qualquer ocorrência direta face a uma descrição física. Por outro lado, e considerando representações simbólicas do tamanho das figuras, pelos textos, enquanto se constata que a mulher surge como “pequena” o homem surge como “grande”.

A caracterização psicológica das figuras masculinas e femininas envolve um conjunto de crenças que, por associação, se cristalizam nas perceções individuais e coletivas, próprias da vida quotidiana. A figura masculina é veiculada maioritariamente associando o homem a um ser valente, bravo e corajoso. Normalmente ocupa, na sociedade e ou na comunidade, uma posição de poder e ou de dominação e apresenta traços culturais de persistência e de curiosidade. A figura masculina é regularmente associada ao conhecimento do mundo, à viagem; à aventura e à imaginação. A aquisição dos seus saberes encontra-se ligada à escola e, claro está, às viagens. A análise dos textos mostra que a sua sabedoria provem igualmente da experiência de vida pois o homem é apresentado como um ser dinâmico, e em movimento. A simbologia da esfinge, apresentada numa BD, confirma a caracterização do homem como detentor de conhecimento e de sabedoria. Outros traços de caracterização serão de ressaltar nomeadamente a curiosidade, a persistência e o saber enfrentar adversidades.

A figura masculina surge associada ao valor trabalho quer pela profissão / função que desempenha, já desempenhou e ou procura vir a desempenhar. Curiosamente, a figura masculina surge como uma figura relacionada com os afetos e associada à proteção. A área dos afetos tem sido tradicionalmente reservada à figura feminina (Brandão, 1979; Botelho, Borges e Morais, 2002).

Na análise do MLP do 4º ano podemos ainda encontrar o que poderemos designar de “atitudes formativas”. Nesse sentido, encontramos na figura masculina a possibilidade de exercer o ato de eleger. As eleições e o ato de votar, sendo este um dever cívico e social fundamental da vida coletiva, são transmitidos literalmente no masculino.

O homem surge como uma figura rica em atitudes formativas ao conjugar a sua função de poder e dominação com afetos, como já referimos anteriormente, e com a atividade de brincar e fazer magia para os filhos, cuidando deles ao cozinhar e ao educar como se poderão ultrapassar adversidades na vida. Destaca-se ainda o seu papel, neste manual, na Intergeracionalidade como se referiu anteriormente. A importância da relação intergeracional é, também ela, veiculada e transmitida no masculino.

Por sua vez, e no que concerne às imagens valorativas veiculadas pelo manual em relação à figura feminina, temos que a mulher/rapariga/menina é representada como um ser frágil e vulnerável, a necessitar, por vezes, de proteção e de cuidado, dimensões às quais poderemos ainda acrescentar a dependência.

São muitos poucos os textos onde a figura feminina assume um papel de protagonismo e quando acontece a mesma é representada de forma valorativa pouco favorável. A vulnerabilidade é a característica mais frequente, ela desdobra-se. Assim, a figura feminina surge associada à doença, ao desconhecimento e à pobreza. Normalmente precisa de apoio e carece de atenção.

A figura feminina é ainda, por vezes, associada às lágrimas e à tristeza sugerindo uma certa imagem “contemplativa” da natureza e da chuva, corroborando conclusões anteriores (Brandão, 1979).

De facto, no que respeita à figura feminina não temos matéria empírica de análise significativa, por falta de ocorrência, contudo, deve-se ressaltar que as atitudes formativas veiculadas pela figura da mulher/rapariga se prendem com o ato de cuidar. Cuidar da natureza, concretamente. Normalmente é sensível e frágil.

Pensamos ser pertinente referir que num dos textos, embora os protagonistas constituam uma figura coletiva e indiferenciada, pois trata-se de um conjunto de brinquedos velhos que se encontram num sótão, é a boneca que chora devido ao seu aspeto físico e designadamente em face do seu estado de envelhecimento.

Os textos do manual resultam dum processo de construção social dos estereótipos e de uma desigualdade de género ao mesmo tempo que a reproduzem através da sua função educativa ao transmitir num discurso pedagógico oficial e um conjunto de maneiras de ser, estar e pensar que perduram através do processo de socialização.

Notas conclusivas: ensaio para a construção de territórios simbólicos marcados pela desigualdade de género

No MLP do 4º ano de escolaridade verificamos que o mundo, as suas visões, os seus valores e as suas normas são transmitidos *no masculino*. São muito poucas as referências ao universo feminino.

As referências ao masculino são diversas e socialmente favoráveis ao contrário do que acontece com as referências ao universo feminino. Estas, além de escassas, são muito pouco diversificadas.

Neste sentido, concluímos que as imagens veiculadas, em geral, pelo MLP do 4º ano de escolaridade possibilitam a construção de territórios simbólicos dos universos do feminino e do masculino e de forma desigualitária. Podemos ainda acrescentar que os territórios simbólicos são construídos apenas em função do número de imagens veiculadas, procurando apresentar uma análise isenta ao nível das observações de natureza analítica.

Assim, ao homem são associadas situações e processos socialmente favoráveis possibilitando a construção de imagens favorecidas e positivas em torno dos seguintes territórios simbólicos: sucesso, trabalho, prestígio, conhecimento, aventura, coragem, persistência.

Por sua vez, à mulher são associadas situações e processos socialmente desfavoráveis possibilitando, por conseguinte, a construção de imagens desfavorecidas em torno dos seguintes territórios simbólicos: vulnerabilidade, fragilidade, sensibilidade, necessidade de proteção, tristeza.

Efetivamente, depois da travessia efetuada pelo MLP do 4º ano de escolaridade verificamos que a ocorrência e a valoração de figuras femininas e figuras masculinas se apresentam de um modo significativamente desequilibrado do ponto de vista quer do nº de ocorrências quer das valorações simbólicas implicadas, o que não se coaduna com as orientações explícitas dos documentos normativos em vigor.

A jeito de conclusão, e numa postura de cidadania pensamos apontar, com legitimidade, as seguintes preocupações a ter em linha de conta em trabalhos posteriores: que universos de significado são veiculados pelo DOP? Como é o DOP veiculado? Quais são os valores e os saberes que se veiculam? Quem os determina e porquê estes? Quem assume esta responsabilidade?

Referências

Abraham, J. (1989). *Teacher ideology and sex roles in curriculum texts*. *British Journal of Sociology of Education*. 10 (1), 33-51

Apple, M.W. e Christian – Smith, L.K. (Ed.). (1991). *The politics of the textbook*. Londres: Routledge.

Bernstein, B. (1990). *Poder, education y conciencia*. *Sociologia de la transmission cultural* (1ª ed.). Barcelona : El Roure.

Bernstein, B (1996). *Pedagogy, symbolic control and identity*. *Theory, research, critique* (1ª ed.). Londres: Taylor and Francis.

- Bourdieu, P. (2007). “A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”. In M. A. Nogueira, A. Catani (orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Editora Vozes. 41-64.
- Bourdieu, P. (2010). *A Distinção: Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. & Passeron, J.-C. (1978). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa: Editorial Veja.
- Botelho, A., Borges, C., Morais, A. (2002). “As imagens dos manuais escolares de ciências Análise dos princípios de igualdade entre homens e mulheres.”, *Estudos Sociológicos da Sala de Aula*, Versão pessoal revista do artigo final publicado em: *Revista Inovação*, 15 (1-2-3), 23-44 Disponível em http://essa.ie.ulisboa.pt/ficheiros/artigos/revistas_com_revisao_cientifica/2002_asimagensdosmanuaiscolares.pdf.
- Berger, P. & Luckmann, T. (1997). *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Durkheim, E. (2007). *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70
- Foucault, M. (2002). *The order of things: an archeology of the human sciences*, NY: Routledge
- Giddens, A. (2003). *A Constituição da Sociedade*. Brasil : Martins Fontes.
- Pierre Bourdieu et Jean-Claude Passeron (1970). *La Reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Éditions de Minuit.
- Assembleia da República (2005). *Constituição da República Portuguesa (7ª revisão constitucional)*. Lisboa disponível em CRP <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Assembleia da República (1986). *Lei de Bases do Sistema Educativo nº 46/86, de 14 de outubro*. Lisboa
- Bernard, Jessie (1982). *The Future of Marriage*. Yale: University Press
- Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género. Presidência do Conselho de Ministros, Nunes, M. Teresa (2009). *O Feminino e o Masculino nos Materiais Pedagógicos (in)visibilidades e (des)Equilíbrios*. Lisboa.
- Mollo-Bouvier, S. (1998). Les rites, les temps et la socialisation des enfants. *Education et Sociétés*, 2. 73-89.
- Percheron, A. (1993). *La socialisation politique*. Paris: Armand Colin.
- Corsaro, W. (1993). *The Sociology of Childhood*. Thousand Oaks: Pine Forge Press - Sage publications,
- Rayou, P. (2005). Crianças e Jovens, Atores Sociais na Escola. Como os Compreender?. *Ed. Soc.*, 91. 465-484.
- Sarmiento, M. J., Pinto, M. (1997). “As Crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo”. In M. Pinto, M. J. Sarmiento (coord). *As crianças – contextos e identidades*. Braga: Instituto de Estudos da Criança. 07-28.
- Sarmiento, M. J. (2000). *Lógicas de acção nas escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Torres, Anália (2002). “Casamento: conversa a duas vozes em três andamentos”. *Análise social XXXVIII* (163), 569-602 disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218733072F9uQX5hx1Ry60HQ5.pdf>

ⁱ A análise de conteúdos dos textos dos Manuais de Língua Portuguesa do 1º Ciclo do Ensino Básico encontra-se em curso e estende-se aos 4 anos de escolaridade.

ⁱⁱ Entende-se por indiferenciada o facto de o coletivo e ou cenário ser constituído ou animais e ou plantas assim como outras referências da natureza.